

Sobre o Anarquismo

NOTAS SOBRE O ANARQUISMO

Na década de 1890, um escritor francês, com simpatia pelo anarquismo, escreveu que «o anarquismo tem as costas largas, como o papel que aguenta com tudo» — inclusivamente, como assinalou, aqueles cujos actos são de tal ordem que «um inimigo mortal do anarquismo não podia ter feito melhor»¹. Foram muitos os estilos de pensamento e de acção considerados «anarquistas». Seria escusado tentar reunir todas estas tendências conflituantes numa ideologia ou teoria geral. E mesmo que procurássemos extrair da história do pensamento libertário uma tradição viva e em evolução, como faz Daniel Guérin em *Anarchism*, continua a ser difícil formular as suas doutrinas como uma teoria específica e determinada da sociedade e da mudança social. O historiador anarquista Rudolf Rocker, que apresentou uma concepção sistemática do desenvolvimento do pensamento anarquista até ao anarco-sindicalismo, através de uma perspectiva próxima da de Guérin, é claro quando escreve que o anarquismo não é

um sistema social fixo e fechado em si mesmo, mas antes uma tendência concreta na história do desenvolvimento da Humanidade, que, em contraste com a tutela de todas as instituições clericais e governamentais, procura o desenvolvimento livre e irrestrito de todas as forças individuais e sociais existentes. Mesmo a liberdade é apenas um conceito relativo, não absoluto, já que tende a expandir-se constantemente e a alcançar novos campos mais vastos de muitas e multifacetadas formas. Para o

anarquista, a liberdade não é um conceito filosófico abstracto, mas a possibilidade vital concreta de que todo o ser humano atinja o desenvolvimento pleno de todos os poderes, capacidades e talentos de que a natureza o imbuíu, para torná-los valências sociais. Quanto menos este desenvolvimento natural for influenciado por essas tutelas eclesiásticas ou políticas, mais eficiente e harmoniosa se tornará a personalidade humana e mais se tornará a bitola da cultura intelectual da sociedade em que emergiu.²

Podemos questionar que interesse há em estudar uma «tendência concreta na história do desenvolvimento da Humanidade» que não constitui uma teoria social específica e pormenorizada. Efectivamente, muitos comentadores descartam o anarquismo como utópico, amorfo, primitivo ou incompatível com as realidades de uma sociedade complexa. Contudo, podemos argumentar de forma diferente: que a nossa preocupação, em todas as etapas da História, deve ser a de dismantelar as formas de autoridade e de opressão que sobreviveram de uma era em que poderiam ser justificáveis pelas necessidades de segurança, sobrevivência ou desenvolvimento económico, mas que, agora, intensificam — em vez de aliviar — carências culturais e materiais. Assim, não haverá uma doutrina sobre a transformação social estipulada para o presente e para o futuro, nem sequer, necessariamente, uma ideia específica e imutável dos fins para os quais a transformação social deve tender. Certamente que o nosso entendimento da natureza humana ou da amplitude das formas sociais viáveis é tão rudimentar que qualquer doutrina de grande alcance deve ser encarada com grande cepticismo, tal como o cepticismo deve estar presente quando ouvimos que a «natureza humana», as «exigências da eficiência» ou «a complexidade

da vida moderna» requerem esta ou aquela forma de opressão e de domínio autocrático.

No entanto, num dado momento há todas as razões para elaborar — tanto quanto o nosso entendimento permitir — uma formulação específica desta tendência concreta na história do desenvolvimento da Humanidade, adequada às exigências do momento. Para Rocker, «o problema que o nosso tempo nos apresenta é o de libertar a Humanidade do caminho da exploração económica e da escravidão política e social»; e o método não é a conquista e o exercício do poder de Estado, nem o parlamentarismo estupidificante, mas sim a «reconstrução da vida económica dos povos desde baixo e de acordo com o espírito do socialismo».

Mas apenas os próprios produtores estão capacitados para tal tarefa, já que são o único elemento criador de valor na sociedade do qual um novo futuro pode emergir. Deve ser sua a tarefa de libertar o trabalho de todos os grilhões com que a exploração económica o aprisionou, de libertar a sociedade de todas as instituições e meios de poder político, e de abrir o caminho para uma aliança de grupos livres de homens e mulheres baseada no trabalho cooperativo e na administração planeada das coisas de acordo com o interesse da comunidade. Preparar as massas trabalhadoras na cidade e no campo para este grande objectivo e agregá-las como uma força militante é o objectivo do anarco-sindicalismo moderno, e esgota-se em todo este propósito.³

Como socialista, Rocker tinha por certo «que a verdadeira, final e completa libertação dos trabalhadores apenas é possível sob uma condição: a apropriação do capital, ou seja, das matérias-primas e de todos os meios de trabalho, incluindo a

terra, pela totalidade dos trabalhadores»⁴. Como anarco-sindicalista, ia mais além e insistia que as organizações de trabalhadores criam «não apenas as ideias, mas também os factos do próprio futuro» no período pré-revolucionário, que elas próprias incorporam a estrutura da sociedade futura — e ambicionava uma revolução social que desfizesse o aparelho estatal e expropriasse os expropriadores. «O que pomos no lugar do governo é a organização industrial.»

Os anarco-sindicalistas estão convencidos de que uma ordem económica socialista não pode ser criada pelos decretos e pelas leis de um governo, mas apenas pela colaboração solidária dos trabalhadores manuais e intelectuais em cada ramo específico da produção; isto é, através da tomada da gestão de todas as fábricas pelos próprios produtores de tal forma que os distintos grupos, fábricas e ramos da indústria se tornem membros independentes do organismo económico geral e continuem a produção e a distribuição dos bens de maneira sistemática no interesse da comunidade e segundo acordos mútuos e livres.⁵

Rocker escrevia numa altura em que tais ideias tinham sido dramaticamente postas em prática na Revolução Espanhola. Precisamente antes da eclosão da revolução, o economista anarco-sindicalista Diego Abad de Santillán tinha escrito:

[P]erante o problema da transformação social, a revolução não pode considerar o Estado um meio, deve, sim, depender da organização dos produtores.

Seguimos esta regra e não vemos nada que suscite a hipótese de um poder superior ao trabalho organizado para criar uma nova organização das coisas. Ficaríamos gratos a quem nos apontasse qual a função — se é que ela existe — que o Estado pode ter

numa organização económica em que a propriedade privada foi abolida e em que o parasitismo e o privilégio não têm lugar. A eliminação do Estado não pode ser uma questão secundária; o propósito da revolução deve ser acabar com o Estado. A revolução ou entrega a riqueza social aos produtores, e, nesse caso, os produtores organizam-se para a devida distribuição colectiva e o Estado não tem razão de existir; ou não entrega a riqueza social aos trabalhadores, e, nesse caso, a revolução revela-se uma mentira e o Estado mantém-se.

O nosso conselho económico federal não é um poder político, mas um poder regulador administrativo e económico. Recebe a sua orientação de baixo e funciona de acordo com as resoluções das assembleias regionais e nacionais. É um corpo de ligação e nada mais.⁶

Engels, numa carta de 1883, expressou o seu desacordo com esta concepção nos seguintes termos:

Os anarquistas apresentam o problema de pernas para o ar. Declaram que a revolução proletária deve *começar* por afastar a organização política do Estado [...]. Mas destruí-la em tal momento seria destruir o único organismo que permite ao proletariado vitorioso impor o seu poder recém-conquistado, subjugar os seus adversários capitalistas e levar a cabo a revolução económica da sociedade que impedirá que a vitória termine numa nova derrota e numa chacina maciça dos trabalhadores, semelhante às que aconteceram depois da Comuna de Paris.⁷

Em contrapartida, os anarquistas — em particular Bakunine — alertaram para os perigos da «burocracia vermelha», que se viria a revelar «a mentira mais vil e terrível que o nosso século criou»⁸. O anarco-sindicalista Fernand Pelloutier

questionava: «Deve acaso ser o Estado transitório ao qual temos de submeter-nos necessária e fatalmente uma prisão colectivista [?] Porque não há-de consistir numa organização livre, limitada exclusivamente pelas necessidades de produção e de consumo, desaparecidas todas as instituições políticas?»⁹

Não pretendo ter a resposta para esta questão. Mas parece-me evidente que, excepto se a resposta for de alguma forma positiva, não são muito elevadas as possibilidades de uma revolução verdadeiramente democrática que venha a alcançar os ideais humanistas da esquerda. Martin Buber expôs o problema de forma sucinta quando escreveu: «Pela natureza das coisas, não se pode esperar que uma pequena árvore que foi transformada num bastão venha a dar folhas.»¹⁰ A questão da conquista ou da destruição do poder de Estado foi o que Bakunine considerou ser o principal problema a separá-lo de Marx.¹¹ De uma forma ou de outra, o problema surgiu repetidamente no século seguinte, dividindo socialistas «libertários» de socialistas «autoritários».

Apesar dos alertas de Bakunine sobre a burocracia vermelha, e da sua concretização na ditadura de Estaline, seria obviamente um erro grosseiro interpretar os debates tidos há um século com base nas asserções dos movimentos sociais contemporâneos sobre as suas origens históricas. Nomeadamente, é perverso encarar o bolchevismo como «marxismo na prática.» Em vez disso, é bem mais adequada a crítica de esquerda ao bolchevismo, que tem em consideração as circunstâncias históricas da Revolução Russa.¹²

O movimento operário da esquerda antibolchevique opunha-se aos leninistas por estes não terem ido suficientemente longe na exploração das convulsões políticas e sociais russas com fins estritamente proletários, e de terem usado o movimento radical

internacional para satisfazer os interesses específicos da Rússia, o que em breve se tornaria sinónimo de interesses do partido-Estado Bolchevique. Descobriam-se agora no bolchevismo os aspectos «burgueses» da Revolução Russa: o leninismo era considerado uma parte da social-democracia internacional, diferenciando desta última apenas em questões tácticas.¹³

Se procurássemos uma única linha orientadora na tradição anarquista, creio que teria de ser aquela expressa por Bakunine, quando, ao escrever sobre a Comuna de Paris, se identificou a si próprio da seguinte forma:

Sou um amante fanático da liberdade, considero-a o único âmbito em que a inteligência, a dignidade e a felicidade humana podem desenvolver-se e crescer; não a liberdade meramente formal, concedida, medida e regulada pelo Estado, uma mentira eterna que, na verdade, não representa mais do que o privilégio de alguns assente na escravatura do resto; não a liberdade individualista, egoísta, pobre e fictícia, enaltecida pela escola de Jean-Jacques Rousseau e por todas as outras escolas do liberalismo burguês, que consideram o chamado direito de todos, representado pelo Estado, como o limite do direito de cada um, uma ideia que leva inevitavelmente e sempre à redução dos direitos de cada um a zero. Não, falo da única forma de liberdade que é merecedora do nome, a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todos os poderes materiais, intelectuais e morais latentes em cada um; a liberdade que não reconhece outras restrições excepto as determinadas pelas leis da nossa própria natureza; de modo que, a bem dizer, não há restrições, porque essas leis não nos são impostas por um legislador externo, situado ao nosso lado ou acima de nós; elas são imanentes e inerentes, constituindo a própria base do nosso ser material, intelectual e moral; em vez de

vermos nelas um limite, devemos considerá-las condições reais e a razão efectiva da nossa liberdade.¹⁴

Estas ideias emergiram do Iluminismo; as suas raízes encontram-se no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, de Rousseau, em *Os Limites da Acção do Estado*, de Humboldt, na insistência de Kant, na sua defesa da Revolução Francesa, de que a liberdade é a precondition para adquirir a maturidade para a liberdade e não uma benesse concedida quando se atinge essa maturidade. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, um sistema de injustiça novo e imprevisto, foi o socialismo libertário que preservou e ampliou a mensagem humanista radical do Iluminismo e os ideais liberais clássicos que foram ideologicamente pervertidos para sustentar a ordem social emergente. Na verdade, segundo as mesmas premissas que levaram o liberalismo clássico a opor-se à intervenção do Estado na vida social, as relações sociais capitalistas são igualmente intoleráveis. Isto é evidente, por exemplo, no trabalho clássico de Humboldt, *Os Limites da Acção do Estado*, que antecipou e provavelmente inspirou Mill e a que voltaremos mais à frente. Este clássico do pensamento liberal, finalizado em 1792, é, na sua essência, profundamente, ainda que de forma prematura, anticapitalista. As suas ideias têm de ser atenuadas até se tornarem irreconhecíveis para poderem ser transformadas numa ideologia do capitalismo industrial.

A visão de Humboldt de uma sociedade em que os grilhões sociais são substituídos por laços sociais e o trabalho é realizado de forma livre remete para a fase inicial de Marx, quando reflectia sobre «a alienação do trabalho quando este é extrínseco ao trabalhador [...] e não faz parte da sua natureza [fazendo com que] ele não se realize no seu trabalho, mas antes se

negue [e fique] fisicamente exausto e mentalmente degradado», trabalho alienado que «atira alguns dos trabalhadores de volta para um tipo de trabalho bárbaro e transforma outros em máquinas», privando, assim, o homem do seu «carácter de espécie» de «actividade consciente livre» e de «vida produtiva». Da mesma forma, Marx concebe «um novo tipo de ser humano que *precisa* dos seus semelhantes. [As associações de trabalhadores tornam-se] o esforço realmente construtivo para criar o tecido social das futuras relações humanas»¹⁵. É verdade que o pensamento libertário clássico se opõe à intervenção do Estado na vida social, como resultado de premissas mais profundas quanto à necessidade humana de liberdade, diversidade e associação livre. Segundo as mesmas premissas, as relações de produção, o trabalho assalariado, a competitividade e a ideologia do «individualismo possessivo» característicos do capitalismo devem todos ser considerados profundamente anti-humanos. O socialismo libertário deve ser justamente considerado o herdeiro das ideias liberais do Iluminismo.

Rudolf Rocker descreve o anarquismo moderno como «a confluência de duas das maiores correntes que durante e desde a Revolução Francesa encontraram uma expressão singular na vida intelectual da Europa: o socialismo e o liberalismo». Os ideais liberais clássicos, defende, foram destruídos pelas realizações das formas económicas capitalistas. O anarquismo é necessariamente anticapitalista, uma vez que se «opõe à exploração do homem pelo homem». Mas o anarquismo também se opõe à «dominação do homem sobre o homem». Defende que o «*socialismo será livre ou não será de todo*. No reconhecimento deste facto reside a justificação genuína e profunda para a existência do anarquismo»¹⁶. Deste ponto de vista, o anarquismo pode ser considerado a ala libertária do

socialismo. Foi neste espírito que Daniel Guérin abordou o estudo do anarquismo em *Anarchism* e noutros trabalhos.¹⁷

Guérin cita Adolph Fischer, que disse que «todos os anarquistas são socialistas, mas nem todos os socialistas são necessariamente anarquistas». Da mesma forma, Bakunine, no seu «manifesto anarquista» de 1865, o programa da sua fraternidade revolucionária internacional, deixou assente o princípio de que cada membro devia ser, antes de mais, um socialista.

Um anarquista coerente deve opor-se à propriedade privada dos meios de produção e à escravidão assalariada, que são componentes deste sistema, por serem incompatíveis com o princípio de que o trabalho deve ser desempenhado de forma livre e sob o controlo do produtor. Nas palavras de Marx, os socialistas ambicionam uma sociedade em que o trabalho se tornará «não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital»¹⁸, algo que não é possível quando o trabalho está sujeito a uma autoridade ou necessidade exteriores e não ao seu impulso interior: «nenhuma forma de trabalho assalariado, ainda que uma possa ser menos chocante do que outra, pode fazer desaparecer a miséria do próprio trabalho assalariado»¹⁹. Um anarquista coerente deve opor-se não apenas ao trabalho alienado, mas também à estupidificante especialização do trabalho que acontece quando os meios para desenvolver a produção

estropiam o operário [tornando-o] um homem parcelar, desdignificam-no a um apêndice da máquina, aniquilam com o tormento do seu trabalho o conteúdo deste, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a este último é incorporada a ciência como potência autónoma.²⁰

Marx não encarou isto como uma inevitabilidade que acompanha a industrialização, mas antes como uma característica das relações capitalistas de produção. A sociedade do futuro deve preocupar-se em «substituir o trabalhador especializado de hoje [...] reduzido a um mero fragmento de homem, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, preparado para uma diversidade de trabalhos [...] para quem as diferentes funções sociais [...] não são senão muitos modos de dar livre curso às suas capacidades naturais»²¹. O pré-requisito é a abolição do capital e do trabalho assalariado enquanto categorias sociais (para não falar dos exércitos industriais do «Estado operário» ou das várias formas modernas de totalitarismo ou capitalismo de Estado). A redução do homem a mero acessório da máquina, ferramenta especializada de produção, pode, em princípio, ser superada, em vez de potenciada, com o desenvolvimento adequado e o uso de tecnologia, mas não sob as condições de um controlo autocrático da produção por aqueles que fazem do homem um instrumento para servir os seus fins, desprezando os seus propósitos individuais, como diz a frase de Humboldt.

Os anarco-sindicalistas, mesmo em contexto capitalista, procuraram criar «associações livres de produtores livres» que iriam lutar de forma militante e preparar-se para assumir a organização da produção segundo princípios democráticos. Estas associações serviriam como «escola prática do anarquismo»²². Se a propriedade privada dos meios de produção, segundo a frase frequentemente citada de Proudhon, é somente uma forma de «roubo» — «a exploração do fraco pelo forte»²³ —, o controlo da produção por uma burocracia estatal, independentemente da benevolência das suas intenções, também não cria as condições sob as quais o trabalho, manual ou intelectual, pode tornar-se o mais alto propósito da vida. Como tal, ambos devem ser superados.